

## **BOLETIM 805**

**Brasília, 6 de junho de 2019**

### **CONTRICOM APRESENTA REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES À OIT**

O presidente da CONTRICOM, Altamiro Perdoná, e o secretário-geral da entidade, Miraldo Vieira, acompanhados de representante do Escritório da Advogada Zilmara Alencar, foram recebidos nesta quarta (5) pelo diretor geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Martin Georg Hahn, na sede da entidade, em Brasília (**foto**), ocasião em que os dirigentes sindicais apresentaram várias preocupações sobre iniciativas governamentais que estão gerando grave prejuízo aos trabalhadores, especialmente os da construção civil e demais categorias representadas pela Confederação.

Os representantes da CONTRICOM ressaltaram a importância das normas de segurança e saúde no trabalho, principalmente a NR-18, que estabelece uma série de procedimentos no segmento da construção, além de outras que têm impacto nas atividades profissionais que os trabalhadores desenvolvem. Segundo eles, há fortes indícios de que essas normas estão sendo revisadas e outras simplesmente anuladas com o propósito de atender a interesses patronais.

Outra questão enfocada pelos dirigentes foi a reforma previdenciária e as graves consequências que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 6/2019) do governo, que tramita no Congresso Nacional, terá nas aposentadorias dos trabalhadores, especialmente aqueles que integram



as categorias representadas da CONTRICOM, que, por começarem a trabalhar muito cedo, dificilmente conseguirão se aposentar em razão da idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres).

A questão da sustentação material das entidades sindicais laborais também foi discutida com o representante da OIT. Os dirigentes da CONTRICOM lembraram os efeitos negativos provocados pela reforma trabalhista aprovada ainda no governo Temer e, agora, pela Medida Provisória 873/19, do atual governo, medidas que, na prática, estão inviabilizando e, até, paralisando o funcionamento das entidades e comprometendo seu papel institucional de representação dos trabalhadores.

O representante da OIT ouviu atentamente os sindicalistas e comprometeu-se a levar as reivindicações e demandas da entidade à reunião anual que a instituição realiza este ano em Genebra, Suíça, por ocasião das comemorações do Centenário da organização.

Martin Hahn também manifestou a vontade de elaborar um plano de trabalho específico para o segmento da construção civil e, nesse sentido, convidou os dirigentes da CONTRICOM a participarem desse processo.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



## Trabalhadores do transporte aderem à Greve Geral dia 14

**Movimento é contra a reforma da Previdência, pela retomada dos empregos e em defesa da Educação**

Entidades que representam trabalhadores e trabalhadoras dos transportes – aeroviários, aeroportuários, portuários, motoristas e cobradores rodoviários, além de metroviários e ferroviários – decidiram aderir à greve geral do dia 14 de junho, contra a reforma da Previdência, pela retomada do crescimento econômico brasileiro com geração de empregos e renda e contra os cortes na educação. A decisão aconteceu durante plenária unificada na noite de terça-feira (4).

O presidente da CUT, Vagner Freitas, que abriu a reunião, reafirmou o papel que a greve tem no atual momento social e econômico do Brasil, com recessão econômica, recortes de desempregados e as políticas de retirada de direitos pelo governo de Jair Bolsonaro.

**Caminhoneiros** - O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL-CUT), Paulo João Eustasia, relatou que está consolidada a participação de todos os modais de transporte na paralisação.

“Temos tudo para superar o dia 28 de abril de 2017 e dar uma resposta ao governo com relação aos ataques aos direitos, principalmente contra a reforma da Previdência”, disse Eustasia.

De acordo com o presidente da CNTTL, boa parte dos caminhoneiros é representada pela confederação e a categoria também anunciou, com ressalvas, que vai paralisar atividades em 14 de junho. Ele explica que, habitualmente, greves desses motoristas começam em pontos isolados e vão ganhando corpo, assim como aconteceu em 2018.

“Acredito que mais caminhoneiros vão aderir. Eles têm uma pauta específica da categoria, que é a questão da fiscalização do piso mínimo para os fretes e o congelamento do preço do óleo diesel, mas também são alvo da reforma da Previdência e boa parte já decidiu participar da greve geral”.

O dirigente explica também que um fator determinante para a adesão é o crescente descontentamento com Bolsonaro: “Na ocasião da eleição, 70% dos caminhoneiros apoiavam Bolsonaro. Hoje, já percebendo o retrocesso do Brasil, o número inverteu e 70% são contra o governo”.

Ainda sobre os caminhoneiros, Eustasia informou que a categoria tem uma mobilização marcada para o dia 20 de junho, caso as pautas específicas não sejam atendidas.

**Reação** - A preocupação dos sindicatos dos trabalhadores em transportes é de que grande parte da responsabilidade das greves deve recair sobre eles. “Ainda que você mande ofício 72 horas antes informando a greve, logo vem a liminar proibindo a paralisação e estipulando multas absurdas”, afirma o presidente da CNTTL.

Como resposta à previsível reação dos poderes públicos para diminuir o alcance do movimento, o consenso entre as entidades é de que os sindicatos vão “banciar a greve” e enfrentar todos os obstáculos, como liminares e descontos do dia da folha de pagamento.

“Bolsonaro, na verdade, nunca teve um plano de governo eficiente e real. Hoje isso está claro para sociedade. Ele não tem proposta. Enquanto isso, o país afunda no desemprego, empresas quebram e a população está percebendo isso. E está vindo para a luta para poder reverter. É agora ou nunca mais”, disse Eustasia.

*Fonte: Brasil de Fato*



## Oposição quer mais debate sobre Previdência; relator mantém prazo para o parecer

Líderes de partidos de oposição se reuniram nesta quarta-feira com o relator da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), e pediram mais debate antes da apresentação do parecer *(foto)*.

A líder da minoria, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), explicou que muitos temas ficaram de fora das audiências públicas. “Há muitos pontos em aberto e queremos que o tempo do debate seja maior, porque há temas que não foram aprofundados, por exemplo, como transição para aposentadoria, que representa 40% das emendas. A gente quer que ele apresente o relatório após uma segunda reunião com a oposição”, propôs a líder.

Samuel Moreira, no entanto, disse que está mantido o prazo anteriormente proposto para apresentar o relatório entre quinta (6) e segunda (10). “Estou aqui para conversar com todos, para fazer um relatório com a participação de todos. Continua o prazo de apresentação do relatório”, afirmou.

Fonte: Agência Câmara

## Regras de saque do FGTS vão ser debatidas em audiências

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal aprovou nesta quarta-feira (05) a realização de audiências públicas para discutirem duas propostas que alteram regras do saque pelo trabalhador do FGTS.

Um dos projetos é o PL 685/2019, do senador Jorginho Melo (PL-SC), que permite a movimentação da conta vinculada do empregado para fomentar a abertura de micro e pequenas empresas. Segundo o autor, a iniciativa ajudaria a impulsionar novos empreendimentos, que “não completam o ciclo inicial de formação por falta de capital de giro e de recursos necessários para fazer frente aos primeiros meses da atividade”.

O relator, senador Styvenson Valentin (Pode-RN), recomendou a aprovação do texto pelo interesse social da iniciativa e pelo “alto índice de mortalidade” das pequenas empresas no Brasil.

**Doenças** - O outro projeto a ser discutido é o PLS 703/2015, do senador Romário (Pode-RJ), que abre mais cinco circunstâncias de saúde para saque do FGTS: doença grave, incapacitante ou rara; doença que demande cuidados permanentes ou de alto custo; doença que necessite de tratamento multidisciplinar; doença ou condição que dispense carência para concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez; e doença ou condição que motive isenção do imposto de renda.

O senador Eduardo Gomes (MDB-TO) foi quem pediu a reunião. Ele lembrou que o governo está analisando mudanças no gerenciamento do fundo, que devem incluir a rentabilidade e novas regras para acesso aos recursos por parte dos trabalhadores.

Fonte: Agência Senado

## Empatado em 2 a 2, STF suspende julgamento sobre venda de estatais

Empatada em 2 a 2, o Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu o julgamento sobre a proibição de o governo vender estatais sem autorização do Congresso Nacional. O julgamento será retomado nesta quinta-feira, dia 6.

O julgamento analisa três ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) que questionam a venda de ativos de empresas públicas pelo governo de Jair Bolsonaro, sem o aval Legislativo.

A sessão foi aberta com o voto do relator, o ministro Ricardo Lewandowski, que votou pela proibição de o governo vender estatais sem autorização do parlamento e sem licitação quando o processo implicar em perda de controle acionário.

Em seguida, o ministro Alexandre de Moraes votou, divergindo do relator, afirmando que o aval do Congresso só é necessário quando se tratar da "empresa-mãe".

Já o ministro Edson Fachin acompanhou o voto do relator. Ele apontou vários precedentes da Corte que sustentam a necessidade de aval do legislativo para operações de venda de controle acionário.

O ministro enfatizou ainda que o descumprimento da Constituição é convite que cada um faça a Constituição que quiser escrever.

O último a votar na sessão desta quarta foi o ministro Luís Roberto Barroso, que seguiu a divergência e votou contra a necessidade de aval do Legislativo para venda de estatais.

O julgamento deve ser retomado nesta quinta faltando o voto dos demais 7 ministros.

*Fonte: Brasil247*

## Câmara aprova em segundo turno mudança na tramitação de medidas provisórias

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que altera o rito das votações de medidas provisórias (PEC 70/11). Foram 351 votos favoráveis e nenhum contra. A matéria, originada do Senado, retorna para análise dos senadores, por ter sido modificada na Câmara.

O texto aprovado foi uma emenda do Bloco PP que prevê a perda da validade das medidas provisórias nos seguintes casos:

- se não forem analisadas em até 40 dias pela comissão mista, contados do segundo dia útil após sua edição;
- se não forem analisadas pela Câmara dos Deputados em 40 dias, contados a partir do segundo dia útil do recebimento do parecer da comissão mista;
- se não forem analisadas pelo Senado em 30 dias, contados a partir do segundo dia útil da aprovação pela Câmara; ou
- se a Câmara não analisar as eventuais modificações do Senado em 10 dias, contados do segundo dia útil da aprovação pelos senadores.

Caso a Câmara não analise a proposta em 30 dias, a proposição passa a trancar a pauta, entrando em regime de urgência. No Senado, a proposta tranca a pauta após 20 dias se não houver manifestação pela Casa.

A PEC proíbe ainda a inserção de textos estranhos ao conteúdo da medida provisória, os chamados jabutis. Durante a discussão, diversos deputados manifestaram-se favoravelmente à PEC.

*Fonte: Agência Câmara*

## Vale-transporte pago em dinheiro não integra o salário

*A forma de pagamento não altera a natureza indenizatória da parcela.*

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho deu provimento a recurso da Empresa Central de Negócios Ltda., de Belo Horizonte (MG), para declarar a natureza indenizatória do vale-transporte pago em dinheiro a um operador de triagem. Os ministros ressaltaram que a Lei 7.418/1985, ao instituir o vale-transporte, determinou que ele não tem natureza salarial.

A decisão da Sexta Turma superou o entendimento do juízo da 18ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte e do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região sobre o caso. As instâncias ordinárias haviam julgado procedente o pedido do operador para que os valores pagos pela Empresa fossem integrados aos salários, com repercussão em férias, 13º salário, FGTS e aviso-prévio. Segundo o TRT, na ausência de previsão em acordo ou convenção coletiva, o pagamento habitual do vale-transporte em dinheiro, e não por meio de vales, tem natureza salarial.

**Natureza indenizatória** - O relator do recurso de revista da empresa, ministro Augusto César, assinalou que, de acordo com a jurisprudência do TST, o pagamento do benefício em dinheiro não altera a sua natureza indenizatória, o que impede sua repercussão nas parcelas salariais.

Por unanimidade, a Turma deu provimento ao recurso de revista para excluir da condenação as parcelas decorrentes da integração dos valores recebidos a título de vale-transporte à remuneração do empregado.

**Processo: RR-2019-33.2011.5.03.0018**

Fonte: TST



## VISITA

O presidente da CONTRICOM, Altamiro Perdoná, e o Secretário-Geral da entidade, Miraldo Vieira, fizeram, nesta quarta (5), uma visita ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília e Entorno (STICOMBE), quando foram recebidos pelo presidente Raimundo Salvador, o Tesoureiro Ademar Fernandes Almeida e o Secretário-Geral Milton Alves de Oliveira **(foto)**. Na ocasião, os dirigentes sindicais discutiram diversos assuntos de interesse dos trabalhadores e do movimento sindical.

## BOLETIM CONTRICOM

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLD PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**